

Paulo Lôbo

Direito Civil

Parte Geral

volume 1

9ª edição

2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva PA

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1ª andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Buita Gonçalves
Produção editorial	Fernanda Matajz (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arts e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermio Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão	C&C Criações e Textos Ltda.
Capa	Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 1 : parte geral / Paulo Lôbo. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 440 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1314-4 (Impresso)

1. Direito civil - Brasil I. Título.

19-1609

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Data de fechamento da edição: 7-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605969 CAE 704938

SUMÁRIO

Nota de abreviações	7
Apresentação	15
CAPÍTULO I	
Conteúdo do Direito Civil Contemporâneo	17
1.1. Conceito e Dimensão do Direito Civil	17
1.2. Matérias que Integram o Direito Civil Brasileiro Atual	18
1.3. O Direito Civil no Contexto do Direito Privado	21
1.4. A Função da Codificação Civil	26
1.5. O Direito Civil Brasileiro no Sistema Jurídico Romano-Germânico	30
1.6. O Direito Civil em Outros Grandes Sistemas Jurídicos	33
1.7. Breve Evolução Histórica do Direito Civil Brasileiro	34
1.8. Origem e Função da Parte Geral	43
1.9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	45
1.10. O Direito Civil no Processo de Integração Latino-Americano	47
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito Civil	51
2.1. Delineamentos da Constitucionalização do Direito Civil	51
2.2. Origens e Desenvolvimento do Tema no Direito Brasileiro	55
2.3. Críticas à Constitucionalização do Direito Civil	59
2.4. O Direito Civil no Estado Social	60
2.5. Tradição Patrimonialista do Direito Civil e as Tendências de Repersonalização	63
2.6. Força Normativa da Constituição nas Relações Cíveis	66
2.7. Constitucionalização dos Principais Institutos de Direito Civil	67
2.8. A Imprescindibilidade da Constitucionalização do Direito Civil	70
CAPÍTULO III	
Princípios do Direito Civil	72

3.1.	Princípios Jurídicos	72
3.2.	Aplicabilidade Direta dos Princípios Constitucionais ao Direito Civil ..	78
3.3.	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	82
3.4.	Princípio da Solidariedade	84
3.5.	Princípio da Igualdade	89
3.6.	Princípio da Liberdade	92
3.7.	Princípio da Autonomia Privada	94
3.8.	Princípio da Função Social	96
3.9.	Princípio da Boa-Fé	99

CAPÍTULO IV

Pessoa Física e Outros Sujeitos de Direito	102	
4.1.	Conceito de Pessoa	102
4.2.	Sujeito de Direito e Entes Não Personalizados	106
4.3.	Nascituro	108
4.4.	Tempo da Pessoa Física: Início e Término	113
4.5.	Registro Civil da Pessoa Física	117
4.6.	Nome da Pessoa Física	123
4.7.	Capacidade Civil	129
4.8.	Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência	129
4.9.	Capacidade de Exercício	134
4.10.	Absolutamente Incapaz	136
4.11.	Relativamente Incapazes	137
4.12.	Capacidade Relativa do Índio	139
4.13.	Maioridade	140
4.14.	Emancipação	141
4.15.	Outros Modos de Cessação da Incapacidade Civil	143
4.16.	Lugar das Pessoas Físicas: Domicílio e Residência	144
4.17.	Ausência	147

CAPÍTULO V

Direitos da Personalidade	152	
5.1.	Reconhecimento dos Direitos da Personalidade	152
5.2.	Características Essenciais dos Direitos da Personalidade	154
5.3.	Direito Geral da Personalidade e a Tipicidade Aberta	157
5.4.	Tipos Mais Gerais de Direitos da Personalidade	159
	Direito à vida	160
	Direito geral à liberdade	161
	Direito à integridade física e psíquica	162
	Direito à privacidade	164

Direito à intimidade e à vida privada	165
Direito ao sigilo	170
Direito à imagem	171
Dados pessoais	173
Liberdade de expressão e direito de resposta e retratação	178
Direito ao esquecimento	180
Direito à honra	183
Direito ao nome ou à identidade pessoal. Sexo e gênero	184
5.5. Tipos Constitucionais dos Direitos da Personalidade	188
5.6. Autolimitação ou Disponibilidade dos Direitos da Personalidade	189
5.7. Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica	194

CAPÍTULO VI

Pessoa Jurídica	196
6.1. Conceito e Abrangência da Pessoa Jurídica	196
6.2. Funções e Teorias sobre a Pessoa Jurídica	201
6.3. Elementos da Pessoa Jurídica	204
6.4. Atos Constitutivos e Efeitos do Registro da Pessoa Jurídica	205
6.5. Órgãos da Pessoa Jurídica	207
6.6. Desconsideração da Personalidade Jurídica	208
6.7. Entidades Não Personificadas	214
6.8. Associações Cíveis	218
Direito de ser associado	219
Categorias de associados	220
Direitos e deveres dos associados entre si e em face da associação	221
Igualdade de direitos dos associados	224
Direito à restituição das contribuições patrimoniais	225
Direito à quota do patrimônio da associação	226
Desligamento e exclusão de associado	227
Órgãos da associação	228
Extinção da associação	229
6.9. Fundações de Direito Privado	229
6.10. Organizações Religiosas	234
6.11. Extinção das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	236
6.12. Domicílio das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	236

CAPÍTULO VII

Bens e Coisas	238
7.1. Conceito de Bens e Coisas	238
7.2. Patrimônio	242

7.3.	Bens Imóveis	243
7.4.	Bens Móveis	246
	7.4.1. Situação Jurídica dos Animais	248
7.5.	Bens Fungíveis	249
7.6.	Bens Consumíveis	250
7.7.	Bens Divisíveis	251
7.8.	Bens Singulares e Coletivos	252
7.9.	Bens Principais e Acessórios	253
7.10.	Pertenças	255
7.11.	Benfeitorias	257
7.12.	Bens Públicos	258

CAPÍTULO VIII

FATOS JURÍDICOS CIVIS

8.1.	Conceito de Fato Jurídico	262
8.2.	Do Suporte Fático ao Fato Jurídico	263
8.3.	Planos do Mundo do Direito	267
8.4.	Classificação dos Fatos Jurídicos	271
8.5.	Fatos Jurídicos em Sentido Estrito	272
8.6.	Atos-Fatos Jurídicos	274
8.7.	Atos Jurídicos em Sentido Amplo	276
8.8.	Atos Jurídicos Lícitos	278

CAPÍTULO IX

Negócio Jurídico

9.1.	Conceito e Elementos do Negócio Jurídico	282
9.2.	Negócios Jurídicos Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais	286
9.3.	Outras Espécies de Negócios Jurídicos	288
9.4.	Requisitos de Validade do Negócio Jurídico	290
	Capacidade do agente	291
	Licitude, possibilidade e determinação do objeto	292
	Forma	293
9.5.	Exteriorização da Vontade e Interpretação do Negócio Jurídico	294
9.6.	Representação	299
	Representação legal	303
	Representação convencional	304
	Representante	306
9.7.	Condição no Negócio Jurídico	308
9.8.	Termo e Prazo do Negócio Jurídico	312
9.9.	Encargo no Negócio Jurídico	314

CAPÍTULO X

Defeitos dos Negócios Jurídicos.	316
10.1. Espécies de Defeitos	316
10.2. Erro Substancial	317
10.3. Dolo	321
10.4. Coação	324
10.5. Lesão	327
10.6. Estado de Perigo	331
10.7. Fraude Contra Credores	332

CAPÍTULO XI

Invalidade dos Negócios Jurídicos.	338
11.1. Plano da Invalidade.	338
11.2. Características Convergentes e Divergentes da Nulidade e da Anulabilidade	340
11.3. Hipóteses de Nulidade	343
a) Ilícitude.	344
b) Impossibilidade.	344
c) Indeterminação	345
d) Incapacidade	346
e) Forma	347
f) Solenidade.	347
g) Fraude à lei	347
h) Definição em lei	348
11.4. Simulação	348
11.5. Conversão do Negócio Jurídico Nulo	351
11.6. Anulabilidade	354
11.7. Prazos de Decadência para a Anulabilidade.	357
11.8. Conservação do Negócio Jurídico Inválido	358

CAPÍTULO XII

Ilícitos Cíveis	360
12.1. Ilícitos Cíveis em Geral	360
12.2. Sanções ou Penas Cíveis	362
12.3. Espécies de Ilícitos Cíveis	364
12.4. Ato Ilícito	366
12.5. Contrariedade a Direito.	367
12.6. Imputabilidade Civil	368
12.7. A Culpa como Requisito do Ato Ilícito	369
12.8. Pré-Exclusão de Ilícitude	372
12.9. Abuso do Direito	374

CAPÍTULO XIII

Prescrição e Decadência	379
13.1. O Tempo e o Exercício do Direito	379
13.2. Prescrição	382
13.3. Interrupção e Suspensão da Prescrição	387
13.4. Prazos da Prescrição	392
13.5. Decadência	396

CAPÍTULO XIV

Prova dos Fatos Jurídicos Cíveis	400
14.1. Conteúdo e Espécies	400
14.2. Confissão	403
14.3. Documento	405
14.4. Escritura Pública	410
14.5. Documento Eletrônico	412
14.6. Testemunho	413
14.7. Perícia	418
Referências	421

Paulo Lôbo

Direito Civil

Obrigações

volume 2

9ª edição

2021

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteadó
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secondo Estela Janiski Zumbano
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolý Wasconcelos Razuk
Diagramação	Join Bureau
Revisão	Paula Brito
Capa	Casa de Ideias/Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo

Direito civil - volume 2: obrigações / Paulo Lôbo. – 9. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
392 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-345-7 (impresso)

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

20-0532

CDD 340
CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito civil

Data de fechamento da edição: 2-12-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606897 CAE 742816

SUMÁRIO

Apresentação.	13
CAPÍTULO I	
Obrigações em Geral	15
1.1. Direito das Obrigações	15
1.2. Conceito e Pressupostos das Obrigações	20
1.3. Distinção entre Dívida e Obrigação	23
1.4. Execução Forçada	23
1.5. Dívida e Responsabilidade.	25
1.6. O Papel da Causa nas Obrigações.	29
1.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado	30
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito das Obrigações.	35
2.1. A Constitucionalização das Obrigações.	35
2.2. Inserção do Direito das Obrigações no Estado Social de Direito.	36
2.3. Repersonalização do Direito das Obrigações	37
2.4. Fundamentos Constitucionais do Contrato.	39
2.5. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade Civil	43
CAPÍTULO III	
Fontes das Obrigações	46
3.1. Classificação das Fontes	46
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes	49
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro	50
3.2. Nossa Posição	52

CAPÍTULO IV

Relação Jurídica Obrigacional.	55
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa	55
4.2. Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos.	59
4.3. Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro	60
4.4. Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros	61
4.5. Tutela Externa do Crédito	62
4.6. A Relação Obrigacional como Processo.	66

CAPÍTULO V

Prestação	68
5.1. A Prestação como Objeto da Obrigação	68
5.2. Direito à Prestação ou Direito de Crédito	69
5.3. Licitude da Prestação	70
5.4. Determinação da Prestação	71
5.5. Possibilidade e Impossibilidade da Prestação	73
5.5.1. Superendividamento	75
5.6. Prestações Instantâneas e Duradouras	77
5.7. Imputação de Responsabilidade	78

CAPÍTULO VI

Deveres Gerais de Conduta nas Obrigações.	79
6.1. Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta.	79
6.2. Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações.	83
6.2.1. Deveres de boa-fé pré e pós-obrigacionais	86
6.2.2. Dever de boa-fé em não agir contra os atos próprios	87
6.3. Dever de Realizar a Função Social.	90
6.4. Dever de Equivalência Material das Prestações	92
6.5. Dever de Equidade	94
6.6. Dever de Informar.	96
6.7. Dever de Cooperação	100

CAPÍTULO VII

Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão	103
7.1. Direitos sem Pretensão	103
7.2. Dívidas Prescritas	105
7.3. Obrigações Judicialmente Inexigíveis	106
7.4. Dívidas de Jogo e de Aposta	107

CAPÍTULO VIII	
Obrigações de Fazer e de Não Fazer	110
8.1. Primazia das Obrigações de Fazer	110
8.2. Obrigações de Fazer	111
8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer	112
8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer	115
8.3. Obrigações de Não Fazer	115
8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer	117
8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer	118
CAPÍTULO IX	
Obrigações de Dar	120
9.1. Obrigações de Dar	120
9.2. Obrigações de Dar Coisa Certa	121
9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	122
9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos	123
9.3. Obrigação de Restituir	124
9.4. Obrigação de Dar Coisa Futura	125
9.5. Obrigações de Dar Coisa Incerta	127
9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta	129
CAPÍTULO X	
Obrigações Alternativas	131
10.1. Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha	131
10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas	133
10.2. Impossibilidade da Prestação Alternativa	134
10.3. Obrigações Facultativas	136
CAPÍTULO XI	
Obrigações Indivisíveis e Divisíveis	137
11.1. Obrigações Indivisíveis	137
11.2. Obrigações Divisíveis	139
11.3. Pluralidade de Participantes	141
11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores	142
11.4. Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível	143
CAPÍTULO XII	
Obrigações Solidárias	144
12.1. Obrigações Solidárias	144
12.2. Solidariedade Ativa	148

12.3.	Solidariedade Passiva	152
12.3.1.	Mora na solidariedade passiva	156
12.4.	Na Fiança Não Há Solidariedade	156
12.5.	Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário.	157
12.6.	Rateio entre os Devedores Solidários.	158
12.7.	Impossibilidade da Obrigação Solidária	160
12.8.	Extinção da Obrigação Solidária	160

CAPÍTULO XIII

Transmissão das Obrigações		162
13.1.	Transmissão de Créditos e Dívidas	162
13.2.	Cessão de Crédito	163
13.2.1.	Forma da cessão de crédito	167
13.2.2.	Notificação do devedor	168
13.2.3.	Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão	169
13.2.4.	Cessões legais de crédito	170
13.2.5.	Responsabilidades do credor cedente.	171
13.2.6.	Créditos intransmissíveis.	172
13.2.7.	Pluralidade de cessões de crédito	173
13.3.	Assunção de Dívida.	174
13.3.1.	Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida	176
13.3.2.	Assunção de adimplemento.	178
13.4.	Cessão de Contrato	178

CAPÍTULO XIV

Adimplemento		181
14.1.	Concepção do Adimplemento.	181
14.2.	Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir)	184
14.3.	Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir).	187
14.4.	Objeto do Adimplemento	189
14.4.1.	Moeda como meio de pagamento. Dívidas de dinheiro e dívidas de valor.	190
14.4.2.	A correção monetária do valor da prestação.	193
14.4.3.	Índices e parâmetros de atualização monetária	194
14.4.4.	Proibições e limitações de índices de correção monetária.	195
14.4.5.	Correção monetária excessiva como cláusula abusiva.	197
14.4.6.	Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes	198
14.5.	Prova do Adimplemento. Quitação	200
14.6.	Lugar do Adimplemento	204

14.7.	Tempo do Adimplemento. Prazo de Graça	207
14.8.	Adimplemento Substancial	209

CAPÍTULO XV

Modos Eventuais de Adimplemento		214
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais	214
15.2.	Consignação em Adimplemento	214
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação.	220
15.4.	Imputação do Adimplemento	224
15.5.	Dação em Adimplemento	226
15.6.	Compensação	229
	15.6.1. Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação	235
	15.6.2. Hipóteses de exclusão da compensação	236
15.7.	Confusão.	238
15.8.	Novação	240
15.9.	Remissão de Dívida.	245

CAPÍTULO XVI

Inadimplemento das Obrigações.		248
16.1.	Inadimplemento em Geral.	248
	16.1.1. Culpa ou dolo no inadimplemento	252
	16.1.2. Caso fortuito e força maior	253
16.2.	Mora	254
	16.2.1. Mora do devedor	256
	16.2.2. Mora do credor	258
	16.2.3. Purgação da mora	261
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor.	262
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento	264
16.5.	Juros Legais.	268
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento	274
16.7.	Violação Positiva da Obrigação	278
16.8.	Inadimplemento Antecipado.	281

CAPÍTULO XVII

Cláusula Penal		282
17.1.	Características.	282
17.2.	Funções da Cláusula Penal	283
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal	287
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade	289

CAPÍTULO XVIII

Obrigações Oriundas de Atos Unilaterais	292
18.1. Atos Unilaterais	292
18.2. Promessa de Recompensa	293
18.3. Concurso de Direito Privado	297
18.4. Gestão de Negócios Alheios	298
18.5. Enriquecimento sem Causa	302
18.6. Pagamento Indevido	304

CAPÍTULO XIX

Responsabilidade Civil em Geral	308
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral	308
19.2. A Responsabilidade no Direito	310
19.3. Noção de Responsabilidade Civil	311
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil	314
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil	317
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva	317
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano	320
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil	322
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial.	326
19.10. Principais Classes de Responsabilidade Civil	328
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa)	328
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva	331
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva	332
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano	334
19.15. Pré-Exclusão de Ilicitude e Responsabilidade Civil	335
19.16. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas	336
19.17. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga	337
19.18. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual.	338

CAPÍTULO XX

Danos.	343
20.1. Dano em Geral	343
20.2. Classes de Danos	344
20.3. Dano Patrimonial ou Material	347
20.3.1. Perda de chance	348
20.4. Dano Moral.	349
20.5. Dano Estético	354
20.6. Dano Existencial	355

CAPÍTULO XXI

Reparação Civil	359
21.1. Dever de Reparação do Dano	359
21.2. Direito à Reparação	361
21.3. Espécies de Reparação	361
21.4. Abrangência da Reparação	364
21.5. Reparação Compensatória do Dano Moral	364
21.6. Reparação Punitiva	366
21.7. Reparação por Fato do Homem	368
21.8. Reparação pelo Fato do Animal	371
21.9. Reparação pelo Fato da Coisa	373
21.10. Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal	374
21.11. Reparações Específicas	375
Bibliografia	379

Paulo Lôbo

Direito Civil

Contratos

volume 3

9ª edição

2023

saraiva  jur



obra completa 978-85-536-0772-3
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
WAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

L799d Lôbo, Paulo

Direito Civil: Contratos v. 3 / Paulo Lôbo. – 9. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.
464 p.

ISBN 978-85-5362-830-4 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2022-2968

CDD 347
CDU 347

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteadó
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dália Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Estevão Bula Gonçalves
Design e Produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Flavio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emilly Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação e revisão	Know How editorial
Capa	Deborah Mattos
Adaptação de capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

1139010

Data de fechamento da edição: 10-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 15787

CL 008071

CAE 818275

SUMÁRIO

Apresentação.	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Contrato	15
1.1. Concepções e Dimensões do Contrato	15
1.2. Modelo Romano do Contrato	19
1.3. Teoria Moderna ou Tradicional do Contrato	20
1.4. Transformações ou Teoria Contemporânea do Contrato	22
1.5. Responsabilidade Contratual e Responsabilidade Extracontratual ...	27
1.6. Modelos Plurais dos Contratos na Contemporaneidade	30
1.7. Contratos de Consumo e Superendividamento	31
1.8. Contratos Eletrônicos	36
1.9. Arbitragem nos Contratos	41
1.10. Contrato como Categoria da Ordem Econômica Constitucional ...	44
CAPÍTULO II	
Princípios do Contrato	50
2.1. Princípios Jurídicos e sua Classificação nos Contratos	50
2.2. Princípio da Autonomia Privada	51
2.2.1. Livre-Iniciativa e Liberdade Contratual	56
2.3. Princípio da Força Obrigatória	58
2.4. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato	59
2.5. Princípios Sociais dos Contratos	62
2.6. Princípio da Função Social	63
2.7. Princípio da Equivalência Material	66
2.8. Princípio da Boa-Fé Objetiva	69
CAPÍTULO III	
Formação dos Contratos	74
3.1. Momentos da Formação do Contrato	74

3.2.	Exteriorização de Vontade no Contrato	77
3.3.	Oferta	78
3.4.	Oferta ao Público	79
3.5.	Aceitação	80
3.6.	Negociações Preliminares e seus Efeitos	81
3.7.	Conduta Negocial Típica.	84
3.8.	Formação do Contrato de Consumo	87
3.9.	Formação do Contrato Eletrônico.	90
CAPÍTULO IV		
	Classes e Grupos de Contratos	94
4.1.	Contratos Atípicos.	94
4.2.	Contratos Típicos	96
4.3.	Contratos Bilaterais	97
4.4.	Contratos Aleatórios	98
4.5.	Contrato Preliminar	100
	4.5.1. Promessa de Compra e Venda	103
4.6.	Contratos Mistos.	105
4.7.	Contratos Coligados ou Conexos	107
4.8.	Contratos Relacionais	111
4.9.	Contratos Existenciais e Comunitários	113
4.10.	Contratos Incompletos	114
CAPÍTULO V		
	Massificação e Vulnerabilidade Contratuais.	
	Condições Gerais dos Contratos	116
5.1.	Massificação Contratual	116
5.2.	Condições Gerais dos Contratos	118
5.3.	As Condições Gerais dos Contratos na Legislação Brasileira	121
5.4.	Contrato de Adesão.	123
5.5.	Formação e Eficácia das Condições Gerais dos Contratos.	125
5.6.	Integração das Condições Gerais nos Contratos de Adesão.	127
5.7.	Cláusulas Abusivas	129
5.8.	Vulnerabilidade Contratual.	132
	5.8.1. Poder Negocial e Proteção do Contratante Vulnerável	133
CAPÍTULO VI		
	Efeitos de Contratos em Relação a Terceiros	136
6.1.	Vinculação de Terceiro	136
6.2.	Estipulação em Favor de Terceiro	136

6.3.	Contratos com Eficácia Protetiva para Terceiros e a Teoria do Contato Social	139
6.4.	Promessa de Fato de Terceiro	140
6.5.	Contrato com Pessoa a Declarar	142
CAPÍTULO VII		
	Garantias Legais aos Contratantes	144
7.1.	Garantia Contra a Evicção	144
7.2.	Garantia Contra os Vícios Redibitórios	149
7.2.1.	Contrato comutativo sobre coisas móveis ou imóveis	150
7.2.2.	Tradição da coisa	151
7.2.3.	Vício oculto	151
7.2.4.	Funcionalidade do vício	152
7.2.5.	Decadência, pelo não exercício do direito	153
7.2.6.	Pretensões do adquirente: redibição e abatimento do preço	154
7.3.	Responsabilidade por Vício nas Relações de Consumo	156
7.4.	Exceção de Contrato não Cumprido	161
7.5.	Exceção de Reforço de Garantia	163
CAPÍTULO VIII		
	Interpretação e Integração dos Contratos	164
8.1.	Interpretação do Contrato Paritário	164
8.2.	Critérios Legais da Interpretação Contratual	169
8.3.	Pressupostos da Interpretação Contratual	172
8.4.	Interpretação Integrativa e Integração	174
8.5.	Integração dos Deveres Gerais de Conduta Negocial e sua Interpretação	175
8.6.	Interpretação das Condições Gerais do Contrato de Adesão	178
8.6.1.	Interpretação do Contrato de Adesão, Regulado pelo Código Civil	181
8.7.	Interpretação dos Contratos de Consumo	183
CAPÍTULO IX		
	Revisão e Extinção do Contrato	185
9.1.	Revisão Legal e Judicial dos Contratos	185
9.2.	Modos de Extinção dos Contratos	189
9.3.	Resilição Unilateral e Distrato	190
9.4.	Resolução do Contrato	192
9.4.1.	Interesse Contratual Positivo ou Negativo	195
9.4.2.	Violação Positiva do Contrato	197
9.4.3.	Violação Antecipada do Contrato	197
9.4.4.	Resolução por Violação de Cláusulas Éticas	199

9.5.	Revisão ou Resolução por Onerosidade Excessiva Superveniente.	199
9.6.	Cláusula <i>Rebus Sic Stantibus</i> , Teoria da Imprevisão e Teoria da Base do Negócio	202
9.7.	Frustração da Finalidade do Contrato	206
9.8.	O Uso da Equidade para Revisão do Contrato Excessivamente Onerado	208
9.9.	Vantagem Superveniente pela Mudança de Circunstâncias	209
9.10.	Direito e Dever de Renegociação.	210

CAPÍTULO X

Compra e Venda	213
10.1. Conceito e Elementos do Contrato de Compra e Venda	213
10.2. Unificação da Compra e Venda Civil e Mercantil e Favorecimento do Comprador	215
10.3. Origem e Evolução da Compra e Venda	216
10.4. Efeitos do Contrato de Compra e Venda e Transmissão da Propriedade	217
10.5. Coisa Atual e Futura	219
10.6. Venda Mediante Amostras, Protótipos ou Modelos	222
10.7. Preço	223
10.8. Deveres do Vendedor e do Comprador	228
10.9. Repartição dos Riscos	231
10.10. Vendas Proibidas em Razão de Determinadas Pessoas.	234
10.11. Venda de Imóvel por Medida ou Como Unidade	237
10.12. Venda de Parte Ideal em Condomínio.	242

CAPÍTULO XI

Compra e Venda: Cláusulas Especiais	245
11.1. Retrovenda	245
11.2. Venda a Contento ou Sujeita a Prova	251
11.3. Preferência	255
11.4. Venda com Reserva de Domínio	261
11.5. Venda sobre Documentos	268

CAPÍTULO XII

Permuta	272
12.1. Requisitos e Características do Contrato de Permuta	272
12.2. Regras Comuns dos Contratos Aplicáveis à Permuta.	274
12.3. Coisas que Podem Ser Permutadas	275
12.4. Regras da Compra e Venda Aplicáveis à Permuta	276
12.5. Rateio das Despesas do Contrato	278
12.6. Proibição de Permuta com Descendentes.	279

CAPÍTULO XIII	
Doação	281
13.1. Conceituação, Natureza e Características	281
13.2. Objeto da Doação e Liberalidades	283
13.3. Oferta de Doação e Quem Pode Aceitá-la	285
13.4. Promessa de Doação	290
13.5. Doações Meritórias, Remuneratórias ou Com Encargo	291
13.6. Formalidade da Doação	294
13.7. Doação como Adiantamento de Legítima de Herança Futura	296
13.8. Doações Especiais: Subvenções Periódicas, Casamento Futuro, Prole Eventual (Concepturo)	298
13.9. Cláusula de Reversão da Doação	302
13.10. Doações Proibidas	303
13.11. Revogação da Doação	307
 CAPÍTULO XIV	
Contrato Estimatório	315
14.1. Noções e Características	315
14.2. Natureza do Contrato Estimatório	318
14.3. Objeto: Coisas Móveis Consignadas	320
14.4. Determinação do Preço ou Valor	321
14.5. Deveres das Partes	322
14.6. Prazo para o Exercício do Poder de Disposição	323
14.7. Restituição da Coisa Consignada	324
14.8. Impossibilidade da Restituição da Coisa e a Obrigação Alternativa	325
14.9. Impenhorabilidade da Coisa por Dívidas do Consignatário	328
14.10. Indisponibilidade da Coisa	329
 CAPÍTULO XV	
locação de Coisas	332
15.1. Características da Locação de Coisas	332
15.2. Coisas e os Tipos de Locação	335
15.3. Posse e Uso pelo Locatário	336
15.4. Aluguel	338
15.5. Direitos e Deveres do Locador	340
15.6. Direitos e Deveres do Locatário	341
15.7. Alienação da Coisa Locada	343
15.8. Sublocação e Cessão	344
15.9. Extinção da Locação	346
15.10. Locação de Imóveis Urbanos	349

CAPÍTULO XVI

Prestação de Serviços	355
16.1. Conceito e Abrangência.	355
16.2. Distinções com os Contratos de Trabalho e de Empreitada.	358
16.3. Profissional Liberal: Prestador de Serviços por Excelência.	361
16.4. Remuneração.	363
16.5. Prazo do Contrato.	365
16.6. Extinção	366

CAPÍTULO XVII

Empreitada	369
17.1. Conceito e Abrangência.	369
17.2. Espécies de Empreitada	371
17.3. Tempo e Execução do Contrato.	373
17.4. Preço da Obra	374
17.5. Recebimento da Obra	376
17.6. Subempreitada.	377
17.7. Direitos e Deveres do Empreiteiro.	377
17.8. Garantia de Segurança e Solidez da Obra	378
17.9. Deveres do Dono da Obra.	381
17.10. Extinção do Contrato	382

CAPÍTULO XVIII

Empréstimo	385
18.1. Conceito e Características do Comodato	385
18.2. Deveres do Comodante.	388
18.3. Direitos e Deveres do Comodatário.	389
18.4. Extinção do Comodato	391
18.5. Mútuo.	391
18.6. Mútuo em Dinheiro	393
18.7. Direitos e Deveres das Partes no Mútuo	394
18.8. Extinção do Mútuo	396

CAPÍTULO XIX

Depósito	397
19.1. Conceito, Natureza e Abrangência	397
19.2. Espécies de Depósito	400
19.3. Depósito de Bagagens em Hotéis e Similares.	402
19.4. Direitos e Deveres do Depositante.	403
19.5. Direitos e Deveres do Depositário	404

19.6.	Vicissitudes e Fim da Prisão do Depositário Infiel.	407
19.7.	Extinção	408
CAPÍTULO XX		
	Mandato	410
20.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	410
20.2.	Procuração: Instrumento do Mandato.	412
20.3.	Poderes de Representação: Outorga e Exercício	415
20.4.	Excesso e Abuso dos Poderes	416
20.5.	Pluralidade de Mandantes ou de Mandatários.	418
20.6.	Mandatário: Capacidade, Direitos e Deveres.	419
20.7.	Mandante: Direitos e Deveres	421
20.8.	Mandato em Causa Própria.	422
20.9.	Mandato Judicial.	423
20.10.	Substabelecimento.	425
20.11.	Extinção	427
CAPÍTULO XXI		
	Fiança	430
21.1.	Conceito, Pressupostos, Abrangência.	430
21.2.	Efeitos da Fiança	433
21.3.	Benefícios de Ordem e de Divisão.	435
21.4.	Responsabilidade do Fiador e Hipóteses de Exoneração	437
21.5.	Extinção	439
CAPÍTULO XXII		
	Transação	442
22.1.	Conceito, Natureza e Abrangência	442
22.2.	Espécies de Transação	444
22.3.	Efeitos da Transação	446
22.4.	Invalidades e Exclusões	447
22.5.	Extinção	449
	Bibliografia	451

Paulo Lôbo

Direito Civil

Coisas
volume 4

9ª edição

2024

saraiva  jur

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410saraiva
pósAv. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100**SAC** | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

L799d Lôbo, Paulo

Direito Civil - Volume 4 - Coisas / Paulo Luiz Neto Lôbo. - 9. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2024.
368 p.

ISBN 978-85-5362-309-9 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2023-2374

CDD 347
CDU 347

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteadó
Gerência de conteúdo e aquisições Thais Cassoli Reato César
Gerência editorial Lívia Céspedes

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
 Dalila Costa de Oliveira

Edição Estevão Bula Gonçalves

Design e produção Jeferson Costa da Silva (coord.)
 Camilla Felix Cianelli Chaves
 Lais Soriano
 Rosana Peroni Fazolari
 Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
 Daniela Maria Chaves Carvalho
 Emily Larissa Ferreira da Silva
 Kelli Priscila Pinto

Diagramação Mía Santos

Revisão Cecília Devus

Capa Deborah Mattos

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Ricargraf

Índices para catálogo eletrônico:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

Data de fechamento da edição: 6-11-2023Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA 15795

CL 608830

CAE 842420

SUMÁRIO

Apresentação.	XIII
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Direito das Coisas	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas.	15
1.1.1. Os Animais são Coisas?	18
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil.	20
1.3. Quando Pessoas Humanas Foram Consideradas Coisas	26
1.4. Origens da Propriedade Moderna	28
1.4.1. Propriedade Moderna e Direito Romano.	32
1.4.2. A Propriedade na Contemporaneidade	33
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas	35
1.5.1. Patrimônio de Afetação	37
1.6. Interações do Direito das Coisas com Outras Partes do Direito Civil .	39
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais	40
1.8. Direitos Intelectuais	43
1.9. Relação Jurídica Real.	46
1.10. Obrigações Próximas à Relação Jurídica Real	47
CAPÍTULO II	
Posse no Direito Brasileiro	49
2.1. Demarcação do Fenômeno	49
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio	51
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito?	53
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse.	54
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza	57
2.6. Titular de Posse e Detentor	59
2.7. Posse Autônoma	60
2.8. Direito à Posse.	62

2.9.	Posse em Confronto com a Propriedade	63
2.10.	Composse	65
2.11.	Concepções Legais Brasileiras da Posse	66

CAPÍTULO III

Efeitos Jurídicos da Posse.	68	
3.1.	Aquisição da Posse.	68
3.2.	Classificação da Posse	72
3.3.	Posse Justa e Posse Injusta	73
3.3.1.	Violência	74
3.3.2.	Clandestinidadade.	76
3.3.3.	Precariedade	77
3.4.	Posse Direta e Posse Indireta	77
3.5.	Posse de Boa-Fé e de Má-Fé.	80
3.6.	Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé	82
3.7.	Proteção Possessória.	86
3.8.	Proteção Possessória das Servidões.	91
3.9.	Perda da Posse	92

CAPÍTULO IV

Propriedade	94	
4.1.	Propriedade e Direito	94
4.1.1.	Direito à Propriedade e à Moradia.	97
4.2.	Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade	98
4.3.	Abuso do Direito de Propriedade.	101
4.4.	Garantia Constitucional da Propriedade	102
4.5.	Constitucionalismo Social e Propriedade.	103
4.6.	Fontes Constitucionais da Propriedade ou das Propriedades	106
4.7.	Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos	108
4.8.	Propriedade e Meio Ambiente	112
4.9.	Direito de Acesso aos Bens Comuns	119

CAPÍTULO V

Função Social da Propriedade	123	
5.1.	Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse.	123
5.2.	Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade ..	127
5.3.	A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras	128
5.4.	A Função Social Não Significa Limite Externo da Propriedade.	130
5.5.	Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais	132

5.6.	Função Social da Posse	134
5.7.	Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade. .	136

CAPÍTULO VI

Aquisição da Propriedade Imóvel.	138	
6.1.	Imóvel	138
6.2.	Aquisição Originária e Derivada da Propriedade.	139
6.3.	Usucapião em Geral	140
6.4.	Usucapião Extrajudicial.	143
6.5.	Usucapião Extraordinária e Ordinária.	145
6.6.	Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva	148
6.7.	Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros	151
6.8.	Usucapião Especial Indígena	153
6.9.	Usucapião por Conversão da Natureza da Posse	154
6.10.	Aquisição por Acessão	155
6.11.	Aquisição por Acessão Natural	156
6.12.	Aquisição por Acessão Industrial: Construções e Plantações.	160
6.13.	Aquisição por Acessão Invertida de Áreas Ocupadas.	163
6.14.	Aquisição pelo Registro Público do Título	167
6.15.	Terrenos de Marinha e Acrescidos de Marinha	172

CAPÍTULO VII

Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida	174	
7.1.	Modalidades Legais	174
7.2.	Usucapião	175
7.3.	Ocupação	177
7.4.	Achado do Tesouro	179
7.5.	Tradição	180
7.6.	Especificação.	184
7.7.	Confusão, Comistão, Adjunção.	186
7.8.	Descoberta de Coisa Alheia Perdida	188

CAPÍTULO VIII

Perda, Extinção e Resolução da Propriedade	191	
8.1.	Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade	191
8.2.	Alienação.	193

8.3.	Renúncia	194
8.4.	Abandono	196
8.5.	Perecimento da Coisa	200
8.6.	Perda pela Desapropriação	201
8.7.	Propriedade Resolúvel	206

CAPÍTULO IX

Direitos de Vizinhança e Direito de Construir	208	
9.1.	Conteúdo e Abrangência	208
9.2.	Uso Anormal da Propriedade	210
9.3.	Árvores Limítrofes	215
9.4.	Passagem Forçada	217
9.5.	Passagem de Cabos e Tubulações	219
9.6.	Águas e Vizinhança	220
9.7.	Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar	224
9.8.	Direito de Construir	227
9.8.1.	Garantia de Segurança e Solidez da Construção	234

CAPÍTULO X

Condomínio Geral	237	
10.1.	Conceito e Espécies	237
10.2.	Administração do Condomínio	240
10.3.	Direitos e Deveres dos Condôminos	241
10.4.	Condomínio Necessário	245
10.5.	Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível	246
10.6.	Divisão e Extinção do Condomínio	249

CAPÍTULO XI

Condomínios Especiais	251	
11.1.	Condomínio Edifício	251
11.1.1.	Condomínio de Fato	255
11.2.	O Condomínio Edifício como Sujeito de Direitos	256
11.3.	Convenção do Condomínio	257
11.4.	Assembleia dos Condôminos	260
11.5.	Gestão do Condomínio	264
11.5.1.	Responsabilidade Civil do Condomínio	267
11.5.2.	Responsabilidade do Construtor pela Segurança da Obra	268

11.6.	Contribuição Condominial	269
11.7.	Direitos e Deveres dos Condôminos	272
11.8.	Extinção do Condomínio Edifício	280
11.9.	Condomínio de Lotes	281
11.10.	Condomínio Urbano Simples	282
11.11.	Condomínio em Multipropriedade	282
11.12.	Condomínio em Fundo de Investimento	285

CAPÍTULO XII 289

Direitos Reais Limitados 289

12.1.	Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição	289
12.2.	Direito Real de Superfície	292
12.3.	Servidões	296
	12.3.1. Constituição da Servidão	298
	12.3.2. Espécies de Servidões	299
	12.3.3. Exercício da Servidão	301
	12.3.4. Extinção da Servidão	303
12.4.	Usufruto	304
	12.4.1. Constituição do Usufruto	305
	12.4.2. Usufruto Legal	306
	12.4.3. Distinções, Espécies, Abrangência do Usufruto	307
	12.4.4. Direitos e Deveres no Usufruto	309
	12.4.5. Extinção do Usufruto	313
12.5.	Direito Real de Uso	315
12.6.	Direito Real de Habitação	317
12.7.	Direito do Promitente Comprador do Imóvel	319
12.8.	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	325
12.9.	Direito Real de Laje	327

CAPÍTULO XIII

Direitos Reais de Garantia 330

13.1.	Conceito e Espécies de Garantia Real	330
13.2.	Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia	332
13.3.	Hipoteca	336
	13.3.1. Constituição da Hipoteca. Direitos e Deveres	337
	13.3.2. Hipotecas Sucessivas	340
	13.3.3. Hipotecas Legais	341
	13.3.4. Extinção da Hipoteca	342
13.4.	Penhor	343

13.4.1. Direitos e Deveres	344
13.4.2. Extinção	345
13.4.3. Penhor Legal	346
13.4.4. Penhores Especiais	347
13.5. Anticrese	350
13.6. Propriedade Fiduciária em Garantia	353
Bibliografia	361

STJ00106860 - V.5

Paulo Lôbo

Direito Civil

Famílias

volume 5

9ª edição
2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-18-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermينو Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Fernando Alves
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci
Capa	Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 5 : famílias / Paulo Lôbo. – 9. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Direito civil - Brasil 2. Direito de família - Brasil 3.
Direito de família - Jurisprudência - Brasil 4. Direito de família
- Legislação - Brasil I. Título.

18-1538

CDU 347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil 347.6(81)

Data de fechamento da edição: 3-10-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605395 CAE 630779

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

Família Brasileira: Origens, Repersonalização e Constitucionalização . . .	15
1.1. Introdução	15
1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas	16
1.3. Perfil Demográfico da Família Contemporânea	19
1.4. Repersonalização das Relações de Família.	20
1.5. Socioafetividade e Multiparentalidade	25
1.6. Constitucionalização das Famílias e de Seus Fundamentos Jurídicos . .	31

CAPÍTULO II

Direito de Família	35
2.1. Conteúdo e Abrangência	35
2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência	37
2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro	39
2.4. Direito Público ou Privado?	43
2.5. Tipos de Famílias Segundo os Fins Legais	45
2.6. Interação com o Direito das Sucessões	46
2.7. Interferências dos Outros Ramos do Direito Civil	47
2.8. Tutela da Privacidade e a Mediação Familiar	48
2.9. Direito de Família Intertemporal	50

CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família	54
3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família.	54
3.1.1. Princípio da Laicidade	56
3.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Família.	57
3.3. Princípio da Solidariedade Familiar	59
3.4. Princípio da Igualdade Familiar e Direito à Diferença	62
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. . .	64

3.4.2.	Emancipação progressiva da mulher na legislação brasileira . . .	66
3.5.	Princípio da Liberdade Familiar	68
3.6.	Princípio da Responsabilidade Familiar (e da Pluralidade)	70
3.7.	Princípio da Afetividade.	72
3.8.	Princípio da Convivência Familiar	75
3.9.	Princípio do Melhor Interesse da Criança.	77
CAPÍTULO IV		
	Entidades Familiares.	80
4.1.	Pluralismo das Entidades Familiares e dos Âmbitos da Família.	80
4.2.	Da Demarcação Jurídico-Constitucional das Entidades Familiares	82
4.3.	Das Normas Constitucionais de Inclusão	84
4.4.	Do Melhor Interesse das Pessoas Humanas que Integram as Entidades Familiares.	85
4.5.	Família Monoparental	86
4.6.	União Homoafetiva	88
4.7.	Famílias Recompostas	91
CAPÍTULO V		
	Casamento.	95
5.1.	Validade e Eficácia do Casamento	95
5.2.	Casamento Religioso	98
5.3.	A Idade Núbil ou a Capacidade para Casar	100
5.4.	Impedimentos Matrimoniais em Geral	102
5.5.	Tipos de Impedimentos Matrimoniais.	105
5.6.	Causas Suspensivas do Casamento	107
5.7.	Habilitação para o Casamento	108
5.8.	Celebração e Registro do Casamento	111
5.9.	Casamentos em Situações Extremas	114
5.10.	Prova do Casamento e Posse do Estado de Casado	115
5.11.	Casamento no Estrangeiro	116
CAPÍTULO VI		
	Invalidade do Casamento	118
6.1.	Peculiaridades e Espécies de Invalidade do Casamento.	118
6.2.	Nulidade do Casamento	119
6.3.	Anulabilidade do Casamento.	122
6.4.	Erro Essencial sobre a Pessoa do Outro Cônjuge	126
6.5.	Prazos Decadenciais para Anulação do Casamento.	128
6.6.	Casamento Putativo.	130

CAPÍTULO VII

Eficácia do Casamento.	132
7.1. Plano da Eficácia e Direção da Sociedade Conjugal	132
7.2. Alteração ou Adoção de Nome com o Casamento	134
7.3. Deveres Comuns e Igualdade Conjugal	135
7.4. Dever de Fidelidade Recíproca.	137
7.5. Dever de Respeito e Consideração Mútuos	138
7.6. Dever de Vida em Comum, no Domicílio Conjugal	139
7.7. Dever de Mútua Assistência.	140
7.8. Dever de Sustento, Guarda e Educação dos Filhos	140
7.9. Descumprimento dos Deveres Conjugais.	142

CAPÍTULO VIII

Divórcio	143
8.1. O Divórcio, Seus Antecedentes e a Mudança Constitucional	143
8.2. Extinção da Separação Judicial e de Causas ou Prazos para o Divórcio .	145
8.3. Tipos de Divórcio no Direito Brasileiro Atual	148
8.4. Critérios Comuns aos Divórcios Judiciais.	151
8.5. Divórcio Consensual Extrajudicial	152
8.6. Efeitos do Divórcio. Partilha dos Bens Comuns	154
8.7. Desconsideração da Personalidade Jurídica em Razão do Divórcio. . . .	156
8.8. Efeitos Essenciais do Divórcio	158
8.9. Situação dos Separados Judicialmente e Ainda Não Divorciados	159
8.10. Normas Revogadas do Código Civil e da Lei de Introdução.	160
8.11. Separação de Corpos e Separação de Fato.	161

CAPÍTULO IX

União Estável	164
9.1. Da Desconsideração Legal a <i>Status</i> Constitucional. Características. . . .	164
9.2. Requisitos, Natureza e Validade da Relação Jurídica.	168
9.3. Distinção e Conversão do Namoro em União Estável	171
9.4. Quando se Inicia a União Estável.	172
9.5. Direitos e Deveres	174
9.6. Regime de Bens	176
9.7. Conversão da União Estável em Casamento.	179
9.8. Extinção da União Estável	182
9.9. Uniões Estáveis Paralelas	183
9.10. Uniões Estáveis Putativas	186
9.11. União Estável Concubinária.	187

CAPÍTULO X

Direito à Convivência e Proteção dos Filhos	191
10.1. Proteção dos Filhos como Direito à Convivência	191
10.2. Direito à Convivência do Filho de Pais Separados	192
10.3. Direito à Convivência Compartilhada (“Guarda Compartilhada”)	194
10.4. Guarda Unilateral	200
10.5. Direito de Visita na Guarda Unilateral.	203
10.6. Alienação Parental	206

CAPÍTULO XI

Relações de Parentesco	208
11.1. Parentesco no Direito Brasileiro	208
11.2. Origens e Modalidades do Parentesco	209
11.3. Parentesco em Linha Reta	210
11.4. Parentesco Colateral.	212
11.5. Graus de Parentesco e sua Contagem	213
11.6. Parentesco por Afinidade	215

CAPÍTULO XII

Direito de Filiação	218
12.1. Conceito de Filiação	218
12.2. Igualdade da Filiação	219
12.3. Direito ao Planejamento Familiar.	220
12.4. Modos e Presunções Legais de Concepção dos Filhos.	221
12.5. Inseminação Artificial Homóloga e o Problema da Gestação por Substituição	224
12.6. Inseminação Artificial Heteróloga	228
12.7. As Presunções de Filiação na União Estável	230
12.8. Filiação Socioafetiva.	231
12.8.1. Direito ao Conhecimento da Origem Genética	233
12.8.2. Parto Anônimo	235
12.9. Prova da Filiação	236
12.10. Validade e Eficácia do Registro de Nascimento	238
12.11. Posse de Estado de Filiação	240
12.12. Legitimidade para a Prova Judicial da Filiação	242
12.13. Multiparentalidade e Filiação.	243

CAPÍTULO XIII

Dúvidas e Impugnação da Filiação	251
13.1. Novas Núpcias da Mulher	251
13.2. Impotência para Gerar.	253

13.3.	Presunção de Paternidade e o Adultério da Mãe	254
13.4.	Impugnação da Paternidade pelo Marido da Mãe	255
13.5.	Reconfiguração da Presunção <i>Pater Is Est</i>	258
13.6.	Impugnação da Maternidade pela Suposta Mãe	259
13.7.	“Adoção à Brasileira”	261

CAPÍTULO XIV

Reconhecimento de Filho	264	
14.1.	Direito ao Reconhecimento Voluntário de Filho	264
14.2.	Mudança de Natureza do Reconhecimento de Filho	266
14.3.	Modalidades de Reconhecimento Voluntário	267
14.4.	Irrevogabilidade e Incondicionalidade do Reconhecimento	271
14.5.	Direito do Filho a Residir com o Genitor que o Reconheceu	272
14.6.	Guarda do Filho Reconhecido	273
14.7.	Investigação da Paternidade e da Maternidade	274
14.8.	Consentimento e Impugnação do Reconhecimento pelo Filho.	277

CAPÍTULO XV

Adoção	281	
15.1.	Características, Evolução e Fundamentos Constitucionais	281
15.2.	Legitimados a Adotar	285
15.3.	Estágio de Convivência	287
15.4.	Consentimento para Adoção e Hipóteses de Sua Dispensa. Entrega pela Gestante para Adoção.	288
15.5.	Adoção por Duas Pessoas	291
15.6.	Adoção de Maiores de 18 Anos	293
15.7.	Requisitos do Processo Judicial e do Benefício do Adotando	293
15.8.	Efeitos da Adoção	296
15.9.	Adoção Internacional.	299

CAPÍTULO XVI

Autoridade Parental	303	
16.1.	Transformação do Pátrio Poder na Autoridade Parental	303
16.2.	Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	306
16.3.	Os Pais como Únicos Titulares da Autoridade Parental	307
16.4.	Titularidade da Autoridade Parental pelos Pais Separados.	308
16.5.	Exercício da Autoridade Parental	309
16.6.	Suspensão e Extinção da Autoridade Parental.	312
16.7.	Perda da Autoridade Parental	315
16.8.	Abandono Afetivo do Filho	318

16.9. Responsabilidade Civil dos Pais	321
16.10. Representação, Assistência e Curatela dos Filhos	322
16.11. Administração e Usufruto dos Bens dos Filhos.	323

CAPÍTULO XVII

Regime Matrimonial de Bens	328
17.1. Liberdade de Convenção e Mudança de Regime	328
17.2. Regime Legal Dispositivo.	332
17.3. Regime Legal Obrigatório	333
17.4. Efeitos Comuns entre os Cônjuges, em Qualquer Regime de Bens.	337
17.5. Atos Proibidos ao Cônjuge sem Autorização do Outro.	340
17.6. Responsabilidade Civil do Cônjuge pela Má Gestão dos Bens Comuns e Privativos.	344
17.7. Pacto Antenupcial	347
17.8. Regime de Bens no Casamento com Estrangeiro	352
17.9. Direito Intertemporal	352

CAPÍTULO XVIII

Regime de Comunhão Parcial	354
18.1. Bens Comuns e Bens Particulares.	354
18.2. Bens que Entram na Comunhão	355
18.3. Bens, Valores e Obrigações Excluídos da Comunhão	356
18.4. Exclusão por Causa de Aquisição Anterior ao Casamento	360
18.5. Bens Móveis.	361
18.6. Administração dos Bens Comuns e Responsabilidade pelas Dívidas.	361
18.7. Administração dos Bens Particulares e Dívidas Respectivas	363

CAPÍTULO XIX

Regimes Matrimoniais de Bens Facultativos	364
19.1. Regime de Comunhão Universal	364
19.2. Regime de Separação de Bens.	368
19.3. Regime de Participação Final nos Aquestos	371
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge.	373
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	374
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	378
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	380
19.3.5. Outros efeitos do regime	381

CAPÍTULO XX

Alimentos	383
20.1. Natureza, Características e Fundamentos	383

20.2.	Requisitos de Necessidade, Possibilidade e Razoabilidade.	388
20.3.	Obrigação Solidária ou Subsidiária?	390
20.4.	Titulares dos Alimentos ou Alimentandos	392
20.4.1.	Alimentos Grav�dicos.	396
20.5.	Devedores dos Alimentos ou Alimentantes.	397
20.6.	O Fator Culpa na Atribuição dos Alimentos	399
20.7.	Fixa�o dos Alimentos	400
20.8.	Atualiza�o e Revisão dos Alimentos	403
20.9.	Extinção.	405
20.10.	Prisão Civil do Devedor.	408
20.11.	Compensação Econ�mica (Alimentos Compensatórios)	410
CAPÍTULO XXI		
	Bem de Família.	414
21.1.	Conceito, Evolução e Tipos	414
21.2.	Objeto do Bem de Família Legal	416
21.3.	Bens e D�vidas Excluidos do Bem de Família Legal	419
21.4.	Beneficiários do Bem de Família Legal.	421
21.5.	Fraude Contra Credores e Desconsidera�o da Pessoa Jurídica.	422
21.6.	Institui�o de Bem de Família Voluntário	423
21.7.	Objeto do Bem de Família Voluntário	425
21.8.	Beneficiários do Bem de Família Voluntário.	427
21.9.	Exclusões da Impenhorabilidade e Proibi�es.	428
21.10.	Extinção do Bem de Família Voluntário.	429
CAPÍTULO XXII		
	Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	430
22.1.	Finalidades e Distinções.	430
22.2.	Escolha e Nomea�o do Tutor	431
22.3.	Incapacidade de Exercício e Escusa da Tutela	433
22.4.	Exercício da Tutela.	436
22.5.	Prestação de Contas pelo Tutor	438
22.6.	Extinção da Tutela	439
22.7.	Curatela.	440
22.8.	Tomada de Decisão Apoiada	445
	Bibliografia.	449

Paulo Lôbo

Direito Civil

Sucessões

volume 6

9ª edição

2023

saraiva  jur

obra completa 978-85-536-0772-3

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

L799d Lóbo, Paulo

Direito Civil : Sucessões v. 6 / Paulo Lóbo. – 9. ed.
– São Paulo : SaraivaJur, 2023.
344 p.

ISBN 978-65-5362-823-6 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2022-2971

CDD 347
CDU 347**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

7739010

Data de fechamento da edição: 11-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Penteado
Gerência editorial	Thais Cassoli Reato César
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Estevão Bula Gonçalves
Design e produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Flavio Teixeira Quarazernin Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Fernanda Matajs
Revisão	Ivone Rufino Calabria
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

CÓD. OBRA 5147 CL 608077 CAE 816323

SUMÁRIO

Apresentação	15
CAPÍTULO I	
Concepção, Âmbito, Evolução e Características do Direito das Sucessões	17
1.1. Concepção.....	17
1.2. Evolução do Direito das Sucessões no Brasil.....	22
1.3. Interações com Outras Áreas do Direito.....	28
1.4. Abertura da Sucessão: Morte Real ou Presumida da Pessoa Física ..	30
1.4.1. Sucessão provisória	33
1.5. Herança como Ente não Personalizado.....	34
1.6. <i>De Cujus</i> e os Demais Figurantes do Direito das Sucessões	36
1.7. O Lugar no Direito das Sucessões: Conflito de Leis no Espaço...	38
1.8. O Tempo no Direito das Sucessões: Direito Intertemporal	40
1.9. Direito à Herança	43
1.10. Função Social no Direito das Sucessões	47
CAPÍTULO II	
Sucessão Hereditária em Geral	50
2.1. Sucessão e Herança	50
2.1.1. Objeto da Herança	51
2.1.2. Pacto Sucessório.....	52

2.1.3. Herança Digital	53
2.2. Aquisição da Herança: <i>Saisine</i>	55
2.3. Efeitos Jurídicos da <i>Saisine</i> Plena.....	60
2.4. Aceitação da Herança.....	61
2.5. Modalidades de Aceitação da Herança.....	65
2.6. Situações Vedadas na Aceitação da Herança	67
2.7. Renúncia da Herança ou do Legado	69
2.8. Legitimação para Suceder.....	72
2.9. Administração da Herança	74
2.10. Cessão da Herança	76
2.11. Responsabilidade da Herança pelas Dívidas e Demais Encargos....	80

CAPÍTULO III

Sucessão Legítima	82
3.1. Concepção e Características	82
3.2. Ordem da Vocação Hereditária	84
3.3. Herdeiros Necessários	86
3.4. Legítima dos Herdeiros Necessários ou Parte Indisponível.....	87
3.5. Parte Disponível.....	91
3.6. Dever de Redução do Excesso da Parte Disponível	92
3.7. Multiparentalidade e Sucessão Hereditária	99

CAPÍTULO IV

Dever de Colação na Sucessão Legítima Necessária.....	102
4.1. Colação.....	102
4.2. Adiantamento da Legítima dos Herdeiros Necessários.....	105
4.3. Doação entre Cônjuges e entre Companheiros.....	107
4.4. Doações Excluídas da Colação	108
4.5. Consideram-se os Valores Atribuídos nas Datas das Doações.....	109
4.6. Hipóteses de Devolução em Espécie.....	112

4.7.	Cálculo do Valor do Adiantamento da Legítima.....	113
4.8.	Legitimados Ativos e Passivos da Colação.....	114
4.9.	Colação Voluntária.....	117
4.10.	Dispensa da Colação.....	117

CAPÍTULO V

Sucessão dos Descendentes e Ascendentes		120
5.1.	Descendentes Sucessíveis.....	120
5.2.	Princípio da Coexistência e Nascituros.....	124
5.3.	Filhos não Concebidos (Concepturos)	127
5.4.	Descendentes Socioafetivos e a Sucessão Legítima.....	129
5.5.	Cálculo da Quota Hereditária do Descendente	131
5.6.	Direito de Representação	132
5.7.	Sucessão dos Ascendentes.....	136

CAPÍTULO VI

Direitos Sucessórios do Cônjuge		139
6.1.	Cônjuge como Herdeiro Legítimo e Necessário.....	139
6.2.	Sucessão do Cônjuge Separado de Fato	141
6.3.	Direito Real de Habitação do Cônjuge Sobrevivente.....	145
6.4.	Sucessão Concorrente do Cônjuge Sobrevivente com os Parentes Sucessíveis.....	148
6.4.1.	Sucessão Concorrente no Regime de Comunhão Parcial...	151
6.4.2.	Sucessão Concorrente nos Regimes de Comunhão Universal ou de Participação Final nos Aquestos.....	154
6.4.3.	Sucessão Concorrente no Regime de Separação Total.....	157
6.4.4.	Quota Sucessória do Cônjuge em Concorrência com Descendente.....	160
6.4.5.	Sucessão Concorrente do Cônjuge ante Cláusula de Incomunicabilidade	162
6.5.	Direito Sucessório do Cônjuge no Casamento Putativo	162

CAPÍTULO VII

Direitos Sucessórios do Companheiro na União Estável 165

7.1.	Configuração da União Estável	165
7.2.	Evolução do Direito Sucessório do Companheiro.....	166
7.3.	Direito Real de Habitação para o Companheiro Sobrevivente	168
7.4.	Direito Sucessório do Companheiro no Código Civil	169
7.5.	Igualdade de Direitos Sucessórios entre Cônjuges e Companheiros	172
7.6.	Direito Sucessório na União Homoafetiva.....	177
7.7.	Direitos Sucessórios dos Companheiros de Uniões Simultâneas ...	178
7.8.	Direitos Sucessórios nas Uniões Estáveis Putativas.....	179

CAPÍTULO VIII

Sucessão dos Parentes Colaterais e da
Fazenda Pública. Heranças Jacente e Vacante 181

8.1.	Parentes Colaterais Sucessíveis.....	181
8.2.	Contagem dos Graus e Espécies de Parentes Colaterais	182
8.3.	Irmãos Unilaterais e Bilaterais	183
8.4.	Direito de Representação na Sucessão Colateral	184
8.5.	Concorrência entre Tio e Sobrinho	186
8.6.	A Fazenda Pública como Herdeira Legítima	187
8.7.	Herança Jacente	189
8.8.	Herança Vacante	191

CAPÍTULO IX

Os que não Podem Suceder 193

9.1.	Herdeiros que não Podem Participar da Herança.....	193
9.2.	Pessoas não Legitimadas a Suceder o <i>De Cujus</i>	194
9.3.	Herdeiros Excluídos da Sucessão por Indignidade	197
9.4.	Natureza Judicial da Exclusão.....	202

9.5.	Efeitos da Exclusão por Indignidade.....	203
9.6.	Reabilitação do Excluído da Herança	205
9.7.	Deserção.....	206
9.8.	Causas e Provas da Deserção.....	208
9.9.	Inconstitucionalidade da Deserção	211

CAPÍTULO X

Sucessão Testamentária em Geral		213
10.1.	Sucessão Testamentária.....	213
10.2.	Testamento	215
10.3.	●Outras Finalidades Patrimoniais e Extrapatrimoniais do Testamento	217
10.4.	Capacidade e Legitimidade para Testar.....	219
10.5.	Legitimidade para Suceder por Testamento	220
10.6.	Testamenteiro	222
10.7.	Invalidade do Testamento.....	224
10.8.	Mudança das Circunstâncias do Testamento	228
10.9.	Interpretação do Testamento.....	228
10.10.	Testemunhas Testamentárias	230
10.11.	Substituição do Herdeiro ou Legatário.....	232
10.12.	Fideicomisso	233
10.13.	Hipóteses de Caducidade do Fideicomisso	239
10.14.	Revogação do Testamento	240
10.15.	Rompimento ou Ruptura do Testamento.....	242

CAPÍTULO XI

Espécies de Testamento.....		245
11.1.	Testamentos ●rdinários e Especiais.....	245
11.2.	Testamento Público.....	246
11.3.	Testamento Cerrado.....	251

11.4. Testamento Particular	256
11.5. Testamento Simplificado.....	260
11.6. Testamento Marítimo	262
11.7. Testamento Aeronáutico	263
11.8. Testamento Militar	264
11.9. Codicilo	265
11.10. Testamento Vital.....	267

CAPÍTULO XII

Disposições Testamentárias, Legados e Direito de Acrescer ..	273
12.1. Disposições Testamentárias	273
12.2. Sujeitos e Objetos das Disposições Testamentárias.....	274
12.3. Pluralidade de Herdeiros Designados	276
12.4. Validade, Eficácia e Conservação das Disposições Testamentárias ..	277
12.5. Disposições Testamentárias Sujeitas a Condição e a Motivo.....	279
12.6. Disposições Testamentárias Sujeitas a Encargo e a Termo	282
12.7. Cláusulas de Inalienabilidade, Impenhorabilidade e Incomunicabilidade	284
12.8. Interpretação das Disposições Testamentárias	286
12.9. Legados e seus Variados Modos	288
12.10. Eficácia e Ineficácia do Legado	293
12.11. Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários	299

CAPÍTULO XIII

Inventário, Petição de Herança e Partilha.....	303
13.1. Inventário e suas Modalidades	303
13.2. Inventariante.....	307
13.3. Inventário Extrajudicial	308
13.4. Petição de Herança.....	311
13.5. Herdeiro Aparente e Adquirente de Boa-Fé	316

13.6. Sonegados	317
13.7. Pagamento das Dívidas	318
13.8. Partilha	322
13.8.1. Sobrepartilha.....	325
13.9. Partilha em Vida	326
13.10. Planejamento Sucessório.....	329
13.11. Transmissão Hereditária de Valores com Dispensa de Inventário ...	331
Bibliografia	335